



Gilson Marques
DEPUTADO FEDERAL

NOVO

“ A NOVA POLÍTICA
exige novas práticas

Parlamentar mais econômico da história de Santa Catarina

Prestação de contas e destaques
2021

PEC DOS PRECATÓRIOS:

“Estado quer DAR CALOTE em dívidas e quer contrair novas dívidas pra você pagar.

E não faz NADA para diminuir despesas. Não faz NADA para reduzir privilégios.

É um ABSURDO botar a conta sempre nas costas do brasileiro!

NOVO

REGULAMENTAÇÃO ESTATAL

“No subconsciente das pessoas, a regulamentação é algo tão positivo que, mesmo sendo prejudicadas, ainda levantam essa bandeira.”

NOVO

Gilson Marques

“Legislativo não pode fazer com que a sociedade seja COBAIA de experimentos que nós, mesmo com boas intenções, "achamos" que vai dar certo.”

NOVO

Gilson Marques

“Quanto mais limitado for o poder do Governo e do Congresso, mais liberdade as pessoas terão para fazer as coisas por conta própria, sem as limitações impostas pelo Estado e sem depender de burocratas.”

NOVO

Gilson Marques

“Estado é como uma FOSSA ENTUPIDA: você pode até não gostar, mas se não for lá resolver, o problema só vai aumentar.”

NOVO

Gilson Marques

“INACREDITÁVEL Algumas pessoas acham absurdo os pais que adotam a educação domiciliar, mas não acham absurdo que eles possam ir pra cadeia por causa disso.”

NOVO

Gilson Marques

Meta de economia alcançada!

Eis que chegamos ao último ano de mandato e a grande celebração é ter alcançado em três anos a **meta de economia** estipulada para os quatro anos da legislatura.

Quando decidi me candidatar e comecei a fazer as contas, estipulei uma economia, durante todo o mandato, de R\$ 4 milhões de reais dos recursos disponíveis para um deputado. Enquanto escrevo este texto, nossa economia **já ultrapassa os R\$ 4,3 milhões** e ainda temos praticamente um ano inteiro pela frente.

Isso me colocou na posição de **parlamentar mais econômico da história de Santa Catarina** e, sou obrigado a confessar, fico feliz em poder provar que é possível fazer um bom trabalho sem torrar o dinheiro dos pagadores de impostos.

Em 2021, tivemos ainda outras conquistas enquanto bancada federal: logo no início do ano, a Câmara tentou aprovar a **PEC da Impunidade**, mas nosso trabalho junto à relatora e na obstrução da pauta, fez com que o presidente Arthur Lira acabasse desistindo e retirando a PEC da pauta.

Outra grande vitória foi a **derrota da PEC da Vingança** em Plenário, que tinha claro objetivo de intimidar e amordaçar os promotores que investigam políticos.

Mas 2021 não foi um ano fácil e nem de grandes celebrações.

Infelizmente, não conseguimos barrar outros três retrocessos: o golpe na **lei da ficha-limpa**, a flexibilização da **lei de improbidade** e a autorização para os **estados furarem o teto de gastos**. Nessas duas últimas, eu fui o ÚNICO deputado catarinense que votou contra essas medidas. Lamentável!

Também foi um ano de muito trabalho na CCJ e na CDC. Apresentei mais de **350 requerimentos de retirada de pauta** nessas comissões, barrando inúmeros projetos de leis ruins para a sociedade. Além disso, atuei com afinco para alterar diversos projetos com intuito de melhorá-los ou reduzir danos.

Confira nas páginas a seguir os detalhes sobre o mandato em 2021. Boa leitura!

Conte comigo! Conte com o NOVO!

Gilson Marques



SUMÁRIO CLICÁVEL



SUMÁRIO

- | | | | |
|----|--|----|--|
| 5 | Economia de mais de R\$ 4 milhões em três anos | 16 | Hipócritas! |
| 6 | Renúncia de privilégios | 17 | Principais vitórias em Plenário |
| 7 | Melhor parlamentar de Santa Catarina | 20 | Caso Flordelis |
| 9 | Em defesa das criptomoedas | 21 | Prisão em Segunda Instância |
| 10 | Coveiro da CCJ | 22 | #MaisFundãoNão |
| 11 | Goleiro da CDC | 24 | Fim da Farra da Lagosta |
| 12 | O Solitário Deputado Que vota contra | 25 | Honorários de Sucumbência no Teto Constitucional |
| 13 | Melhores vídeos 2021 | 26 | Emendas Parlamentares |
| 14 | A verdade sobre a MP da Eletrobras | 28 | Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso? |

QR CODE CLICÁVEL

Esta publicação possui diversos QR Codes como este.

APONTE A CÂMERA do seu celular para acessar conteúdos extras sobre o assunto de cada página.



EQUIPE DE GABINETE

Camila Oliveira Brum
Assessora de Orçamento e Administração

Felipe Keizo
Assessor Parlamentar

Gabriel Cesar
Assessor Legislativo

Guilherme Kiehl Noronha
Assessor de Comunicação

Rafael Ferreira Trigo
Assessor Operacional

Rodrigo Leal Silva
Assessor Político

Rodrigo de Souza
Chefe de Gabinete

Economia de mais de R\$ 4 MILHÕES EM TRÊS ANOS

“Devemos cuidar do dinheiro público como sendo nosso.”



COMPARATIVO DE GASTOS DA COTA PARLAMENTAR *

Gilson Marques é o parlamentar mais econômico de Santa Catarina, de acordo com o Portal da Transparência.

O que MENOS gasta

R\$ 165.318,70

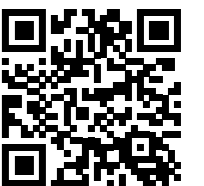
Deputado
Gilson Marques

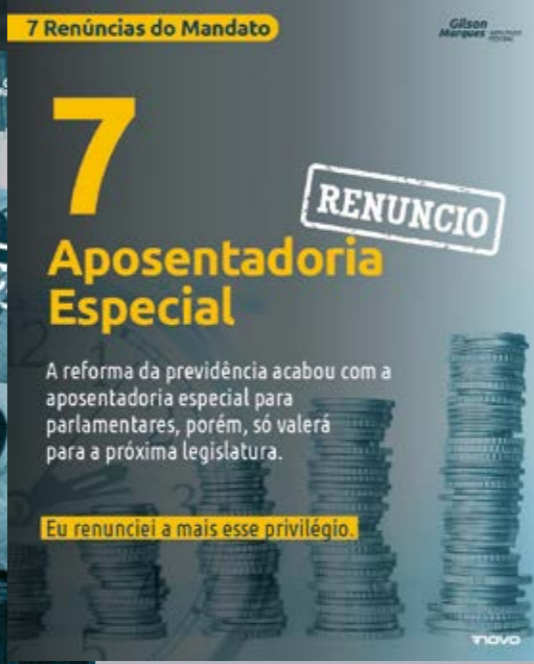
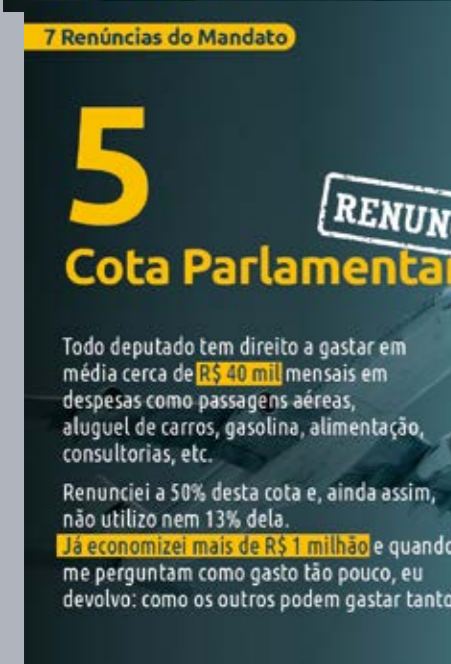
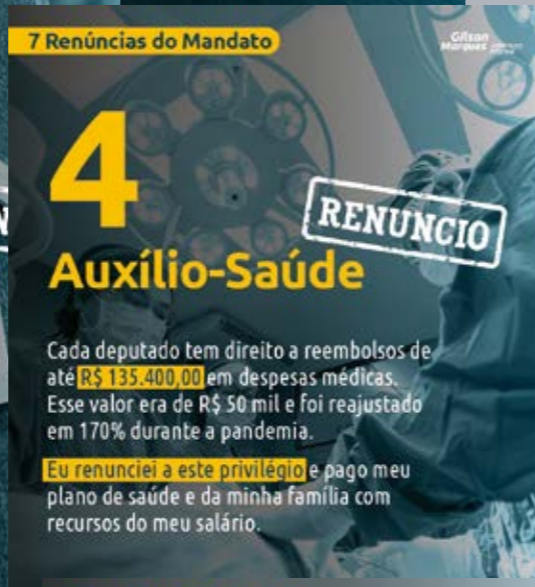
X

O que MAIS gasta

Soma dos gastos com cota parlamentar.
Portal da Transparência, consulta em: 24/02/2022.

R\$ 1.120.704,02





Melhor parlamentar DE SANTA CATARINA

Por três anos consecutivos, o deputado Gilson Marques foi premiado pelo site Ranking dos Políticos



No acumulado do mandato (2019 a 2021), o deputado Gilson Marques é considerado o **melhor parlamentar de Santa Catarina** segundo avaliação do Ranking dos Políticos.

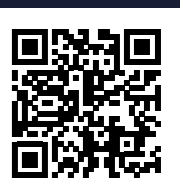
A plataforma digital compara o desempenho dos parlamentares de acordo com critérios como presença nas sessões, economia da cota parlamentar e da verba de gabinete, ficha limpa e voto nas principais decisões do Congresso, entre outros.

Além de melhor do seu estado, Marques também é o deputado **mais econômico da história de Santa Catarina**.



Selo Portal da **INTEGRIDADE**
instituto brasileiro de rastreamento de ativos / ibrativos.com.br

Marques é o único parlamentar de Santa Catarina que recebeu o Selo Portal da Integridade.



O objetivo do Selo é incentivar deputados e senadores a adotarem uma política de transparência e prevenção à corrupção em seus gabinetes.

Os critérios avaliados são: transparência no mandato, nos gastos, na agenda, na divulgação das emendas parlamentares e nas doações eleitorais.



COMO PARTE DO SALÁRIO ACABA INDO PARA O ESTADO?

DIGAMOS QUE SEU SALÁRIO É DE **R\$ 4.000,00 por mês**



COMO FICA ESSA CONTA EM 12 MESES...

A empresa paga

R\$ 67.626,67

O trabalhador "recebe"

R\$ 27.309,78

O governo confisca

R\$ 40.316,89

Da parte que fica com o governo, você recebe em troca com qualidade?

Em defesa das criptomoedas

Em mais de uma oportunidade, o deputado Gilson Marques manifestou-se contra a interferência estatal nas criptomoedas.

Em 2021, com voto contrário da bancada do NOVO, a Câmara aprovou o PL 2303/15, que prevê regras para negociação de moedas virtuais.

"É o parlamento brasileiro tentando regulamentar a criptomoeda. Ou seja, é o Estado colocando a mão em algo que funciona. Quem quer criptomoeda, não quer regulamentação do Estado. E quem quer regulamentação, que use o Real, que é uma moeda regulamentada e está a todo tempo sujeita a políticas econômicas inflacionárias."



Destaque por atuar CONTRA A APROVAÇÃO DE PROJETOS

Alcunhas foram atribuídas ao deputado Gilson Marques por sua atuação constante em “enterrar” e “barrar” projetos ruins

Em três anos de mandato, o deputado Gilson Marques vem colecionando apelidos entre seus colegas deputados, especialmente nas comissões de que participa: **Coveiro da CCJC**, na Comissão de Constituição e Justiça e Cidadania (CCJC) e **Goleiro da CDC**, na Comissão de Defesa do Consumidor (CDC).



COVEIRO DA CCJ



O presidente da Comissão de Constituição e Justiça no exercício de 2019, Felipe Francischini (PSL-PR), utilizou o termo “coveiro da CCJ” para referir-se ao deputado Gilson Marques após a “derrubada” de projetos ruins na Comissão.

Em 2021, Marques apresentou 221 requerimentos de retirada de pauta nesta comissão. Quase 70% das relatorias do parlamentar têm parecer pela rejeição ou arquivamento dos projetos.

52 RELATORIAS
35 com parecer pela rejeição

25 VOTOS
em separado (todos pela rejeição)

GOLEIRO DA CDC



Em 2021, mais da metade dos projetos aprovados na CDC (10 de 18), tiveram modificações no texto sugeridas pelo deputado Gilson Marques e acatadas pelos respectivos relatores. Além disso, com o apoio do parlamentar, foram rejeitados outros 8 projetos.

“Meu trabalho é impedir que projetos ruins avancem, conter danos e melhorar os bons projetos (que são raros).”

Gilson Marques sobre seu trabalho na Comissão de Defesa do Consumidor

O Solitário Deputado QUE VOTA CONTRA



Em junho, a Câmara aprovou o péssimo projeto 10887/2018, que flexibilizou a **Lei de Improbidade Administrativa**.

Já em setembro, foi a vez do PLP 123/2021, que permitiu aos estados furarem o **teto de gastos**.

Nas duas oportunidades, o deputado Gilson Marques foi o único catarinense que votou contra esses projetos que vão totalmente na contramão do que quer a população.



No extremo oposto, durante a votação do PL 4754/2016 na CCJ, houve outro catarinense que votou solitário. Só que dessa vez, foi esse voto que estava na contramão do que deseja a população.

Pior, faltou apenas este voto para que fosse aprovado o projeto **contra a usurpação do STF**.

Marques votou a favor, junto com os demais.

Melhores VÍDEOS 2021

Assista aos vídeos



É absurdo imaginar que decisões de gestão centralizadas em Brasília sejam capazes de definir tudo de forma eficiente, para todos os municípios, em todas as áreas. É isso que o Estado tenta fazer... e não consegue, claro.



Expectativa: eleger um deputado para combater a corrupção, renunciar privilégios, aprovar as reformas necessárias e desburocratizar.
Realidade: eleger uma metralhadora de projetos de leis ruins e inúteis.



Existem duas formas de o Estado fazer políticas públicas para beneficiar os mais pobres: (1) financiando e dando liberdade de escolha ou (2) prestando diretamente o serviço e escolhendo pelas pessoas. Qual delas é a melhor? Assista e entenda.



O Congresso Nacional é a Fantástica Fábrica de Leis Inúteis. Muita quantidade e pouquíssima qualidade.



Um dos meus principais trabalhos na Câmara é atuar barrando projetos ruins. Infelizmente eles são a maioria...



A esquerda está sempre mais preocupada com os bandidos do que com as vítimas. Uma inversão de valores que eu tive que contestar.



Você contrataria alguém que a metade da produção é inútil?



O socialismo deve ser combatido, independente da proposta vir da direita ou da esquerda.



Seleção de verdades incômodas que citei durante a votação dos destaques da PEC dos Precatórios.

A verdade sobre a MP da Eletrobras

A bancada do NOVO é A FAVOR do texto original da MP 1031/2021 que criaria condições para a privatização da Eletrobras. Porém, o relator da MP, deputado Elmar Nascimento (DEM/BA), deturpou a proposta, incluindo diversas emendas da esquerda, muito ruins para a população.

Na ocasião da votação dessa MP na Câmara, foram espalhadas muitas *fake news* sobre o tema. A verdade é que o NOVO votou a favor do texto original enviado pelo governo e contra o péssimo texto que foi modificado pelo relator.

EXTRAORDINÁRIA Nº 053 - 19/05/2021

PREFERÊNCIA PARA O TEXTO ORIGINAL DA MPV

Votação iniciada em 19/05/2021 21h17
Votação encerrada em 19/05/2021 21h33

Quórum da votação	Resultado Final
456	Sim 178
	Não 271
	Abstenção 6
	Art. 17 1
	Total 463
	*Obstrução 7

Exibindo apenas: partido Novo, voto Sim

Adriana Ventura (Novo/SP)	Sim
Alexis Fonteyne (Novo/SP)	Sim
Gilson Marques (Novo/SC)	Sim
Lucas Gonzalez (Novo/MG)	Sim
Marcel van Hattem (Novo/RS)	Sim
Paulo Ganime (Novo/RJ)	Sim
Tiago Mitraud (Novo/MG)	Sim
Vinicius Polt (Novo/SP)	Sim



Todos os pontos negativos estão descritos no link ao lado

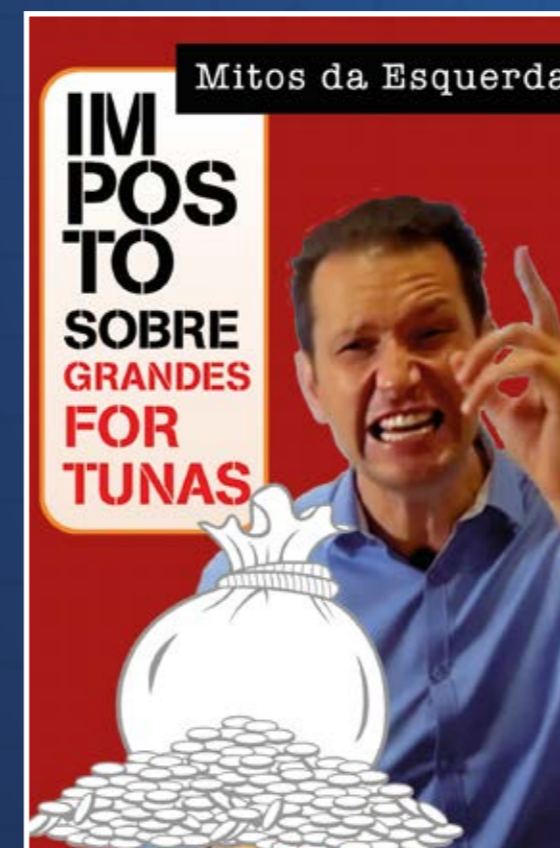


Série Mitos da Esquerda

Assista



A esquerda brasileira tem o hábito de apoiar-se em mitos para justificar-se. Em 2021, fiz uma série de vídeos rebatendo e desmascarando essas inverdades.



Hipócritas!



Em 2021, a Câmara dos Deputados aprovou a **PEC dos Precatórios** (PEC 23/2021), que prevê dar um calote em dívidas da União para abrir espaço fiscal em 2022, com o objetivo de financiar o programa Auxílio Brasil, substituto do Bolsa Família.

Durante a votação, em discurso contundente contra a PEC, Gilson Marques chamou de **“hipócritas”** os deputados que defendiam a proposta. Segundo o parlamentar, o espaço no orçamento que a medida pretendia abrir, de R\$ 90 bilhões, é muito maior do que o custo do programa, que é de R\$ 40 bilhões.

Marques ainda fez crítica afirmando que o restante do valor, em torno de R\$ 50 bilhões, seria usado para financiar emendas parlamentares e o aumento do Fundão.

“Caros parlamentares, gostaria de fazer uma reflexão que é a seguinte: por que o Estado pode fazer coisas que, se o cidadão comum fizesse, seria considerado crime? Por que o Estado pode ser devedor, parcelar contra sua vontade, determinar qual é o índice de correção contra sua vontade? Sendo que, quando você, que é cidadão, não paga, pode ser preso, porque é sonegação.

Gostaria de fazer essa reflexão. Mesmo que fosse verdade que é para o Auxílio Brasil (que não é). Como se algo negativo, uma ação imoral, justificasse algo bom no futuro.

E eu gostaria de fazer duas denúncias...
(continua)

CONFIRA O DISCURSO NA ÍNTEGRA:



Principais vitórias EM PLENÁRIO

2019



Cobrança de Bagagens

A Câmara dos Deputados manteve o veto presidencial que determina que as companhias aéreas podem cobrar separadamente o despacho de bagagem, possibilitando tarifas promocionais com ou sem a franquia.

Isso reduz o custo pra quem viaja somente com bagagem de mão e atrai novas empresas, aumentando a concorrência.

26 SET

Propaganda Eleitoral na TV

O presidente Bolsonaro vetou a propaganda partidária no rádio e na TV, que iria custar R\$ 460 milhões ao pagador de impostos. Apesar da Câmara ter tentado derrubar o destaque proposto pelo NOVO (por 277 a 155), o Senado manteve o veto presidencial.

Vitória da sociedade que não vai precisar financiar propaganda eleitoral de partidos que não a representa.



3 DEZ

QUEM QUER PAGAR MULTA ELEITORAL COM O DINHEIRO DO FUNDÃO?

QUEM SÃO OS CASARINENOS QUE VOTARAM A FAVOR DESTA ABUSO:
Dep. Celso Maldaner
Dep. Daniel de Mello
Dep. Ricardo Galbi
Dep. Willio Costa
Dep. Carlos Schiodt



Multa Eleitoral com Fundo Partidário

Uma das grandes vitórias de 2019 foi a manutenção do veto do presidente Bolsonaro ao pagamento de multas com dinheiro do Fundão.

Sim, isso mesmo! Parlamentares queriam usar dinheiro público para pagar as multas dos seus crimes eleitorais.

10 DEZ

Principais vitórias EM PLENÁRIO

2020

1
SET



Pena em Dobro para corruptos

Projeto aprovado determina pena duplicada para crimes de corrupção cometidos durante a pandemia.

Uma das principais bandeiras da bancada do NOVO, o combate à corrupção, é muito bem representada na vitória que foi a aprovação do PL 1485/2020, de autoria da deputada Adriana Ventura e da bancada do Novo.

O projeto aguarda apreciação do Senado.

Principais vitórias EM PLENÁRIO

2021

24
FEV



Barramos a Pec da Impunidade

Em fevereiro de 2021, a Câmara dos Deputados tentou aprovar a **PEC da Impunidade**, que blindava políticos, beneficiava os ficha-sujas e turbinava o foro privilegiado. Depois de muita pressão popular e de 3 dias de obstrução da bancada do NOVO, o presidente Arthur Lira desistiu e retirou a proposta de pauta.

Marco Legal do Gás

Em 2020, a Câmara aprovou a #NovaLeiDoGás, que abre o mercado do gás natural, acabando com o monopólio da Petrobras.

Este projeto traz uma série de benefícios para o Brasil, como novos investimentos, criação de postos de trabalho e retomada do crescimento econômico.

O projeto foi aprovado na Câmara e aguarda apreciação do Senado.



Derrotamos a PEC da Vingança

Em outubro, foi votada a **PEC da Vingança**, que pretendia aumentar as indicações políticas no Conselho Nacional do Ministério Público, com claro objetivo de colocar uma mordaca em promotores que investigam políticos. Depois de muita pressão da sociedade e forte atuação da bancada do NOVO, derrotamos a PEC, que não conseguiu os 308 votos para sua aprovação (297 a 182).



13
OUT

15
DEZ

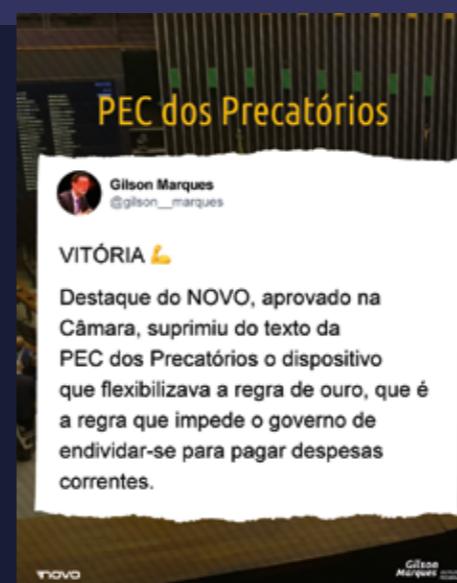


Marco Legal das Startups

Outra importante vitória de 2020 foi a aprovação em plenário do Marco Legal das Startups, projeto relatado pelo deputado Vinicius Poit (NOVO-SP).

As medidas aprovadas desburocratizam a criação de empresas inovadoras, aumentam a segurança jurídica e facilitam a entrada de investidores.

O projeto foi sancionado pelo presidente da república.



Mantida a Regra de Ouro

Em novembro, foi votada a **PEC dos Precatórios**, que pretendia retirar essas dívidas do teto de gastos, flexibilizar a regra de ouro, além de definir um índice de correção e estipular o deságio e o prazo de pagamento. Apesar da PEC ter sido aprovada, um destaque do NOVO, também aprovado, acabou salvando a regra de ouro, impedindo que o governo contraia dívida para pagar despesas correntes.

9
NOV

Caso FLORDELIS



Gilson Marques foi relator do recurso da ex-deputada na CCJC

A ex-deputada Flordelis, após acusação de participação no homicídio do marido, teve seu mandato cassado pelo Conselho de Ética da Câmara dos Deputados. No entanto, antes da decisão ser confirmada pelos demais parlamentares, a ex-deputada entrou com recurso na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania (CCJC).

O deputado Gilson Marques foi designado relator do caso na Comissão e fez uma análise técnica para entregar o melhor parecer possível sobre o caso. Seu parecer pela rejeição do recurso foi aprovado por unanimidade, dando prosseguimento ao processo.

Posteriormente, a decisão foi confirmada pelo Plenário e a parlamentar teve seu mandato definitivamente cassado.



“Demorou. Só em 2021 o ‘mandato parlamentar’ dela custou mais de R\$ 1 milhão do dinheiro dos pagadores de impostos”, afirmou Gilson Marques durante a votação em Plenário.

Prisão em SEGUNDA INSTÂNCIA



Demanda da sociedade defendida e apoiada integralmente pelo deputado Gilson Marques



A PEC 199/19 trata da reformulação do sistema recursal brasileiro e, entre outros temas, autoriza a prisão em segunda instância.

Depois de 2 anos parada, na hora de finalmente ser votado o relatório da PEC na Comissão Especial, vários deputados da comissão foram trocados por outros que iam votar contra e enterrar a proposta.

Como grande defensor desta pauta, o deputado Gilson Marques pediu retirada de pauta, para que haja outra chance de aprovar esta reforma.

Está se pinçando um único artigo da PEC 199, que é a prisão em segunda instância, para inviabilizar a reformulação de todo o sistema recursal brasileiro e permanecer esse sistema de lixo que temos hoje.



#MaisFundãoNão



Fundão pra quê? Para eleger pessoas que vêm aqui no Congresso e, de novo, querem aumentar o próprio dinheiro para fazer campanha! É um círculo vicioso que não tem fim! Pergunte ao rapaz que está servindo água, se ele prefere ter uma educação melhor, ou se ele prefere que o político tenha mais dinheiro para fazer propaganda pra roubar mais ele ainda!

Altos e baixos do Fundão

R\$ 500 milhões DE ECONOMIA



Dados do Portal da Transparência do Governo mostram que os investimentos em saneamento de 2018 a 2021 (R\$ 2,2 Bilhões) é menos da metade do que será gasto com o Fundão em campanhas eleitorais em 2022, R\$ 4,9 Bilhões.

O FUNDÃO E O SANEAMENTO BÁSICO

Em 2022 será gasto em campanha eleitoral mais do que o dobro dos investimentos em saneamento nos últimos 4 anos.

Ano	Investimentos em saneamento em milhões
2021	R\$ 445
2020	R\$ 788
2019	R\$ 450
2018	R\$ 558

R\$ 4,9 Bilhões (Gastos com fundo eleitoral em 2022)

NOVO

Gilson Marques

#FIM DA FarraDaLagosta

SANCIONADO

“Nós vivemos num país em que a classe política se serve da população, quando deveria servir à população. Na atual situação financeira do Brasil, não faz sentido o Estado regar-se de lagosta e vinho premiado às custas da população. É um escárnio!”



Em 28 de setembro de 2021 o Governo Federal iniciou a regulamentação dos itens de luxo pela administração pública.



Em abril de 2021 foi sancionada a emenda do FIM DA FARRA LAGOSTA, de autoria do deputado Gilson Marques, que proíbe a compra de itens de luxo nas licitações.

De acordo com o texto, os poderes têm 180 dias para regulamentar em decreto os bens de categoria comum e luxo, sob pena de suspensão de novas aquisições.

O que muda nas Licitações com o Fim da Farra da Lagosta?

- Os itens de consumo a serem adquiridos por todas as esferas da Administração Pública deverão ser de qualidade comum, vedada a aquisição de artigos luxo.
- Os poderes terão 180 dias para definir em regulamento as categorias comum e luxo.
- Findo este prazo, sem a edição do regulamento, fica vedada a aquisição desses itens.

Honorários de Sucumbência no TETO CONSTITUCIONAL

Gilson Marques teve Emenda sancionada pelo presidente da República, que foi incorporada na Lei de Diretrizes Orçamentárias



No final de 2019, foi sancionada pelo presidente da República a emenda apresentada pelo deputado Gilson Marques na LDO para limitar os **honorários de sucumbência** ao teto do funcionalismo público. Desde então, advogados públicos não poderão mais receber acima do teto constitucional, visto que o texto da emenda tem sido replicado nas LDOs posteriores (2021 e 2022).

Os honorários de sucumbência são honorários advocatícios pagos pela parte perdedora de uma ação judicial. No caso em questão, pagos a advogados da União, ou seja, funcionários públicos.



**SEM
BAR
GANHA**

Emendas PARLAMENTARES

Os pedidos de emendas são feitos no site do deputado pelo Canal Sem Barganha, totalmente online, sem a necessidade de viajar a Brasília.

Dessa forma, não é mais preciso vir a Brasília protocolar documentos. Tudo é feito pela internet, sem burocracia e com muito mais informação.

Chega de
ofícios
solicitando
emendas

2020

240 projetos recebidos

 77 pedidos selecionados

 61 na área da saúde

 58 municípios atendidos


 29 Apaes atendidas

 R\$15.940.454,00


2021

257 projetos recebidos

 77 pedidos selecionados

 61 na área da saúde

 57 municípios atendidos


 20 Apaes atendidas

 R\$16.300.000,00


2022


385 projetos recebidos

 85 pedidos selecionados

 65 na área da saúde

 50 municípios atendidos

 27 Apaes atendidas

 R\$17.639.365,00

Como funciona? Como participar?



- O edital é lançado anualmente no site gilsonmarques.com/sembarganha
- Prefeitos, secretários, vereadores e entidades podem inscrever projetos
- A equipe do deputado Gilson Marques avalia todos os projetos
- Baseada nos critérios do edital, é feita a seleção e indicação das emendas

A abertura do edital e seleção de projetos é sempre feita no ano anterior à destinação dos recursos.



Resultados

Confira quem foram os contemplados com as emendas nos anos de 2020, 2021 e 2022.



Aponte a câmera do seu celular para o QRCode e acesse o link.

www.gilsonmarques.com/sembarganha

Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

1

Porque a prioridade dos políticos é preservar os próprios interesses, que, no mínimo, passam por eleição e reeleição.

Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

POR QUE QUASE NADA QUE BENEFICIA O POVO É APROVADO NO CONGRESSO

?

Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

2

Porque o ser humano é falho e desconhece todas as circunstâncias e resultados de suas decisões.

Portanto, ainda que só elejamos pessoas boas, isso não basta para resolver problemas complexos.

Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

3

Porque a mídia e a maioria da população não está interessada em bons projetos, mas sim na treta e no bafafá.

Eleitores não identificam e nem punem os píssimos políticos. Ao contrário, continuam votando neles.

Acesse aqui



Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

4

Porque os políticos não sofrem as consequências negativas da maioria de suas decisões e os recursos implantados na concretização das leis não sai dos bolsos deles.

Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

5

Porque quando você não paga por suas decisões, você corre mais riscos e comete mais erros.

Com isso, o custo de inúmeras leis e políticas públicas acabam sendo maiores do que os benefícios que elas trazem. Porém, dão votos.

Por que quase nada que beneficia o povo é aprovado no Congresso?

6

Porque a maioria dos políticos não possui capacidade para o cargo e os que têm competência geralmente a utilizam para outros fins.

IMPOSTO É ROUBO SIM

HOMENAGEM AO PRIMEIRO DEPUTADO FEDERAL QUE TEVE CORAGEM DE DIZER A VERDADE SOBRE IMPOSTOS NA TRIBUNA DO PLENÁRIO DA CÂMARA DOS DEPUTADOS EM BRASÍLIA.

21 DE MARÇO DE 2019

Gilson Marques foi presenteado por sua equipe com este quadro no dia de seu aniversário, 12 de abril de 2019.

**Gilson
Marques**
DEPUTADO FEDERAL

NOVO

www.gilsonmarques.com



Brasília

Câmara dos Deputados, Anexo IV, Gabinete 431
Praça dos Três Poderes, Brasília – DF
CEP 70160-900
F: (61) 3215-5431

dep.gilsonmarques@camara.leg.br